

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação...
O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT - Para pedir um esclarecimento ao presidente desta Casa e da Mesa.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pois não. Tem a palavra.

O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT – PARA RECLAMAÇÃO - Sobre o que é que vamos votar agora. Eu sei o que nós vamos votar agora, mas eu quero que o senhor esclareça isso. Esse é o primeiro esclarecimento.

O segundo, qual é o quórum necessário nesse momento, se são só os 48 e a maioria simples dos 48 votos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estamos votando o Item 1 do método de votação, Emenda Aglutinativa Substitutiva de nº 18, apresentada pela maioria da Casa. São 67 Srs. Deputados, Sras. Deputadas que apresentaram, ou melhor, 67. Sessenta e sete ou 63? Sessenta e três Srs. Deputados, Sras. Deputadas que assinaram a emenda aglutinativa. O quórum é como um projeto de lei, ele é 48 votantes, maioria simples dentro dos 48 votantes.

O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT - Só para pedir que o pessoal que vota contra não votar enquanto o governo não botar os 48 votos. Porque se votar, não...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o Item 1 do método de votação da Emenda Aglutinativa Substituti-va de nº 18.

Os favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, para colocar a bancada do PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSOL está em obstrução.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - Sr. Presidente, para colocar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PT está em obstrução.

O SR. REINALDO ALGUZ - PV - Sr. Presidente, para colocar o PV em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PV está em obstrução.

O SR. GIL DINIZ - PSL - O PSL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSL está em obstrução.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Sr. Presidente, o Avante está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Avante está em obstrução.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Sr. Presidente, o PDT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PDT está em obstrução.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PROS - Sr. Presidente, o PROS em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PROS está em obstrução.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, para colocar o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSD está em obstrução.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Sr. Presidente, para colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSB está em obstrução.

Tendo transcorrido quatro minutos, o sistema eletrônico ficará aberto por 30 segundos para que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas votem “sim”, “não” ou registrem abstenção nos terminais dispostos em suas mesas.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Sr. Presidente, o PCDoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PCDoB está em obstrução.

Diferente do que o deputado Barba solicita, eu gostaria de solicitar aos deputados que, por favor, utilizem o terminal eletrônico, pois agiliza e facilita o processo de votação.

Transcorrido o tempo regimental, neste momento, estão encerradas as votações pelo sistema eletrônico. Peço àqueles deputados que não conseguiram votar pelo sistema eletrônico que possam fazê-lo neste momento pelos microfones de apartes.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, como vice-líder, para colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSB já está em obstrução. Se não apareceu no terminal, já tinha sido colocado.

O SR. ALEXANDRE PEREIRA - SD - Sr. Presidente, Solidarie-dade em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registro a obstrução do Solidarieidade.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, uma Questão de Ordem sobre o processo de verificação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sobre o processo de votação V. Exa. vai fazer uma Questão de Ordem?

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB – PARA QUESTÃO DE ORDEM - Consta no Regimento que cada deputado que vem votar pode fazer um discurso aqui?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não pode fazer um discurso, deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Discurso é no 82, chega de demagogia.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, está encerrado o processo de votação. Participaram desse processo 84 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sendo 57 votos “sim”, 26 “não”, este presidente que não vota, quórum suficiente para aprovar a matéria, ficando aprovado o item 1, a emenda aglutinativa substitutiva de nº 18, ficando prejudicados os itens 2, 3 e 4 do método de votação por força do Art. 178 do Regimento Interno.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com Art. 45, parágrafo 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, no salão nobre, às 21 horas e 20 minutos, com a finalidade de oferecer a redação final ao Projeto de lei nº 1, de 2019.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para dizer que nós vamos registrar a declaração de voto contrário à emenda aglutinativa e agradecer a solidariedade daqueles deputados que votaram “não” em relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado.

Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 13 minutos.

16 DE MAIO DE 2019 42ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS
Secretaria: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a visita do prefeito do município de Farroupilha, Claiton Gonçalves, e do vereador Thiago Ilha, da mesma cidade.

2 - CORONEL NISHIKAWA

Defende o presidente Jair Bolsonaro de críticas por conta do contingenciamento de verbas da Educação. Relata sua participação na abertura de um congresso destinado às lideranças policiais. Lamenta a aprovação, em 15/05, nesta Casa, do PL 1/19. Apoiou a concessão de parques públicos à iniciativa privada.

3 - LECI BRANDÃO

Comenta os protestos de 15/05, em todo o Brasil, contra o contingenciamento de verbas da Educação. Combate medida do governo federal, que, a seu ver, fere a autonomia universitária. Sugere que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deixe o cargo. Parabeniza os parlamentares que votaram contra o PL 1/19.

4 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Pede o apoio de seus pares ao PLC 46/19, de sua autoria, que promove a proteção de servidores públicos que denunciem casos de corrupção a autoridades superiores. Justifica a importância da propositura. Lê o texto da matéria. Informa que dispositivo análogo já existe em âmbito federal.

5 - CORONEL TELHADA

Exibe imagens do protótipo das novas viaturas da Polícia Militar, que terão partes blindadas. Questiona o posicionamento do Ministério Público Federal, que pediu, na Justiça, a suspensão do decreto presidencial a respeito da posse de armas de fogo. Opõe-se à construção de um parque no Minhocão.

6 - PAULO LULA FIORILO

Informa que hoje é o Dia do Gari. Diz que seu pai trabalhou no serviço de coleta de lixo. Lamenta a aprovação do PL 1/19. Comenta o posicionamento de vários deputados durante a votação. Faz críticas ao presidente Jair Bolsonaro e ao governador João Doria. Discorre sobre os protestos de 15/05.

7 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, chama a atenção para a falta de tradução em Libras nas transmissões da TV Assembleia. Solicita que o problema seja resolvido.

8 - CONTE LOPES

Aprova medidas do governo estadual no que tange à blindagem de viaturas da Polícia Militar e à compra de armamentos. Cobra a concessão de reajuste salarial às forças da Segurança. Defende decreto presidencial acerca da posse de armas de fogo. Lembra a morte de um policial da Rota, assassinado quando saía de casa.

9 - SARGENTO NERI

Menciona visita que fez às cidades da região de Ribeirão Preto. Defende projeto de lei que propõe a reestruturação da carreira dos praças da Polícia Militar. Considera que o Poder Público não dá a devida atenção às demandas da classe. Parabeniza o governo estadual por decreto que trata da questão.

10 - TENENTE NASCIMENTO

Lembra que hoje é comemorado o Dia do Gari. Parabeniza os profissionais que cuidam da limpeza desta Casa. Enfatiza a relevância do seu trabalho. Alude a estudo, realizado na USP, acerca da invisibilidade social dos trabalhadores da área. Exibe vídeo em comemoração da data.

11 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Lembra a realização de sessão solene, às 10 horas do dia 17/05, em “Homenagem ao Dia Estadual do Trabalhador da Saúde”. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 17/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Coronel Telhada para a leitura da resenha do Expediente.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pois não, Sr. Presidente. Nós temos uma indicação do prezado deputado Aprígio, indicando, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do estado, para que determine a adoção de medidas necessárias junto aos órgãos competentes da administração estadual, objetivando a liberação de recursos para fins específicos de custeio para incremento e manutenção das atividades das unidades hospitalares Beneficência Portuguesa de São Paulo.

Temos também uma indicação minha, Coronel Telhada, indicando, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do estado, para que proceda à nomeação dos remanescentes do curso público para soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo, regido pelo Edital 01/321/18. Coronel Telhada assina.

Somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, nobre deputado.

Iniciamos, assim, o nosso Pequeno Expediente, já convidando para fazer uso da palavra na tribuna o nobre deputado Coronel Nishikawa.

Permitam-me, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, enquanto o coronel se dirige à tribuna, anunciar que esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar que está visitando nesta tarde a nossa Assembleia Legislativa o Sr. Claiton Gonçalves, prefeito da cidade de Farroupilha. Seja bem-vindo, Claiton. É do PDT. Obrigado, prefeito. E também o vereador Tiago Ilha, do PRB, da cidade de Farroupilha. É uma honra receber os senhores nesta Casa de Leis. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o nobre deputado Coronel Nishikawa.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Boa tarde ao pessoal da galeria, aos nossos auxiliares parlamentares, aos nobres deputados presentes nesta Casa e ao nosso prefeito de Farroupilha. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Muito obrigado pela presença.

Sistematicamente, o nosso governo, ou seja, o governo Bolsonaro, tem sido atacado nesta Casa. Eu não poderia deixar de mencionar números que deixaram de ser investidos também em outros governos. Tenho números de contingenciamento de verbas que foram destinadas para outros fins. Sarney, 30% do orçamento. FHC, 427 milhões. Lula, 2008 e 2010, 21 milhões e 334 bilhões de reais.

Agora, eu não sei por que motivo foi da área de Educação que foi retirada uma verba. Todo dia tem sido motivo, aqui, de reclamarem, de baterem, de dizerem que o Bolsonaro está deixando de aplicar esse dinheiro nas universidades públicas e nas escolas públicas.

Ninguém fala do passado; o presente, com quatro anos de governo, pela frente, está sendo atacado, massacrado nessa Casa. Eu tenho o dever e a obrigação de defender o nosso presidente aqui. Afinal de contas, nós acreditamos nele, vamos continuar acreditando nele. Que ele realmente coloque o nosso país em ordem. Em quatro meses, Sr. Presidente, é impossível colocar qualquer casa em ordem, até a nossa casa. Então, fica aqui a minha resposta para aqueles que insistem sistematicamente em atacar o governo Bolsonaro.

Hoje de manhã, para nossa alegria, nós estivemos na abertura da Conferência IACP, de desenvolvimento de lideranças. IACP é uma associação internacional de chefes de polícia. A sede principal fica nos Estados Unidos. O Brasil foi, este ano, um dos países escolhidos para difundir lideranças, para podermos trabalhar lideranças de polícias. Então, nós temos como base a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Essa conferência está sendo realizada num lugar muito adequado, no Memorial da América Latina. Como eu falei, é com muito orgulho que nós estivemos hoje prestigiando esta abertura. Eu representei a nossa Casa, estava como único representante da ALESP, e para mim foi um motivo de honra fazer tal papel.

Dito isto, algumas coisas que ficaram pendentes: ontem, houve a votação do PL 01. Nós votamos contra, porque nós tínhamos pedido o detalhamento de todas as privatizações, o que não nos foi passado. Empresas que estavam tendo lucratividades, empresas que estavam tendo prejuízo. Pelos números que nós ficamos sabendo depois, talvez haja empresas que estavam sendo avaliadas negativamente, para o Governo do Estado. O Governo do Estado ainda mantendo essas empresas públicas.

Quanto ao Ibirapuera, eu acho que não é papel do estado fazer gestão de ginásio de esportes, de autódromos, de estádios de futebol. Porque nós estamos pagando; a comunidade paga essa manutenção. E as empresas privadas que são voltadas para tal atividade que assumam essas demandas, e não nós pagarmos a manutenção desses locais citados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, nobre deputado Coronel Nishikawa. Convidamos agora o nobre deputado Gil Diniz. (Pausa.) Nobre deputada Leci Brandão. Tem V. Exa. o tempo regimental, nobre deputada.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente Gilmaci Santos, Coronel Telhada, Agente Federal Balas, senhoras e senhores, deputados e deputadas, assessores, público que nos assiste, deputado Paulo Fiorilo. O Coronel Nishikawa tem toda a sua liberdade de defender o presidente. Aliás, ele fala isso aqui insistentemente. E como foi dito ontem aqui, cada um tem um lado; cada um tem que honrar o seu segmento.

Mas a gente não pode deixar de comentar que ontem professores, alunos, pais, mães e trabalhadores estavam todos na rua para defender o nosso futuro e o direito de aprender a ensinar.

Afinal de contas, ontem, o ministro da Educação também esteve lá no Congresso Nacional para tentar defender uma coisa que não dá para defender, que é o corte de 30% da verba das universidades e dos institutos federais. O ministro foi convocado para essa sabatina, foi convocado a pedido do nosso camarada, deputado federal Orlando Silva, do nosso partido PCDoB. Parabéns, Orlando! Valeu a coragem.

Durante a sabatina, entre outras declarações que ficaram à beira do cinismo, o ministro teve a coragem de dizer que o Brasil gasta demais com a Educação. Educação nunca foi gasto, Educação é investimento. Como se não bastasse, hoje eu também tomei conhecimento que a Presidência sancionou ontem um decreto que retira a autonomia dos reitores de nomear os próximos diretores de centro e de campi também, além de outros cargos de confiança das universidades federais.

Quer dizer, a partir de agora, essas funções necessitam do aval da Casa Civil, do Ministério da Educação ou da própria Presidência da República, ou seja, o governo tomou mais uma ação contrária à Educação, à educação superior, principalmente, ferindo gravemente a autonomia das universidades.

Diante dessas posturas, eu só quero repetir as palavras da minha camarada e grande amiga Jandira Feghali, deputada federal do PCDoB, líder da Minoria na Câmara. Ao sabatinar o ministro, ela disse o seguinte: “peça demissão do seu cargo”. Jandira Feghali falou isso ontem, lá na Câmara. Ministro, a população não vai mais sair das ruas, não. Enquanto o governo continuar com essa política de desmonte, de atraso e de não reconhecer a importância da Educação e dos professores, principalmente, este país só tem um dono. O dono do país é o povo, é o povo.

Eu também não posso deixar de falar sobre a votação que aconteceu ontem. É uma pena que hoje essa galeria não tenha mais tanta gente como tinha ontem, mas tem aí os representantes dos policiais pela PEC 2, a qual nós também defendemos. O Sargento Neri tem sido um defensor combativo no Colégio de Líderes.

É importante que a gente reafirme que, quando esse PL 1 chegou ao Colégio de Líderes, a maioria dos deputados disse que não aceitaria, a maioria disse que era contra, que queria que isso se fosse analisado caso a caso, queriam saber, como bem disse há pouco o Coronel Nishikawa, dos detalhes, quem estava dando lucro, quem não estava, enfim. Ai na hora da votação...

Aliás, apareceu aí uma aglutinativa, da qual eu não tomei conhecimento, o PT também não sabe de nada, nem o PSOL ficou sabendo. Foi uma coisa feita de uma forma muito rápida, havia 67 assinaturas. Então, esse projeto veio para votos, e eu quero parabenizar aqui o Agente Federal Danilo Balas, o Coronel Nishikawa, o Major Mecca e o Tenente Nascimento, porque foram para o lado dos trabalhadores, o lado dos servidores dessas empresas, que eram empresas importantes, serviços de qualidade.

A gente tem que, na hora de aprovar um projeto, esquecer a questão da direita, da esquerda e do centro, e pensar nos servidores, pensar nas pessoas que vão ficar desempregadas. Ao mesmo tempo, por outro lado, teve um deputado aqui, que eu me recuso a dizer o nome, que bateu palmas, enquanto as pessoas estavam aí num sentimento de sofrimento e de desilusão. Ele bateu palmas, sorriu, fotografou, fez questão de fazer uma “live” com o sofrimento das pessoas. Isso é desumano, isso é injusto. A gente não pode aceitar essas coisas.

Quero, para terminar, Sr. Presidente, parabenizar o discurso de uma deputada que chegou a esta Casa agora, que é a deputada Monica Seixas, o sentimento que ela passou para todos nós. Fez um discurso brilhante, maravilhoso. Quero parabenizar o PSOL e o deputado Carlos Giannazi, que é o líder do PSOL, pelo discurso da deputada Monica Seixas. A Bancada Ativista está de parabéns. Eu também cumprimento e não tenho nenhum problema em elogiar um colega que faz um trabalho decente e honesto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputada Leci Brandão. Chamamos agora a nobre deputada Professora Bebel Lula. (Pausa.) Deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Roberto Engler. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Marcio da Farmácia. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, deputados, servidores desta Casa, e todos aqueles que nos acompanham na TV Assembleia, muito boa tarde.

Como servidor público civil da União e policial federal, nós temos o compromisso de trazer para o Estado tudo que de bom nós tivermos na União. Então, faço um replique na legislação estadual. O Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2019, de minha autoria, replica algo que já existe na Legislação Federal, a 8.112, que é o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União.

Lá na União, quando um servidor público procura a autoridade superior, ou autoridade competente, para declarar que, no seu local de trabalho, por exemplo, há casos de corrupção, o Art. 126-A, da 8.112, protege o servidor público civil da União. De forma estranha, no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, esse artigo não existe. Não há a proteção do servidor público aqui do estado de São Paulo que procura a autoridade superior, ou a autoridade competente, ou mesmo Ministério Público, para denunciar casos graves e casos de corrupção, que podem estar acontecendo até mesmo na sua seção.

Desta feita, já tramita nesta Casa, e conclamo aos colegas deputados estaduais que atentem-se para o PLC 46, de 2019, que solicita a inserção do Art. 250-A no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado, que neste momento leio às senhoras e aos senhores.

“Artigo 250-A - Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente, inclusive ao Ministério Público, para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.”

Um simples artigo que não existia no estatuto do estado de São Paulo agora, por Justiça, protegendo aquele servidor que combate a corrupção aqui no estado de São Paulo, será inserido, se assim os deputados concordarem e votarem o PLC nº 46, de 2019, de nossa autoria.

Então, como o meu compromisso é o combate à corrupção, é a limpeza geral da roubalheira que acontece em nosso País, e também na cooptação de alguns servidores públicos, inserimos no Estatuto do Estado de São Paulo essa proteção ao servidor que denuncia, que leva casos absurdos de corrupção que vêm acontecendo, às autoridades, inclusive ao Ministério Público.

Não traqui aqui nomes. Mas já temos casos que o Zezinho, por exemplo, procurou a autoridade superior, que não deu sequência à investigação. Procurou outra autoridade, que também não deu sequência. E hoje, é perseguido e responde procedimento disciplinar. Inclusive, demissório.

Ora, senhoras e senhores! Precisamos valorizar o bom servidor público, aquele que está antenado com a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência do serviço público. E fazemos justiça, exatamente, com a propositura do Projeto de lei Complementar nº 46, de 2019. Conto com o apoio de todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputado. Convidamos, agora, o nobre deputado Coronel Telhada. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Deputado Gilmaci, presidente desta sessão; senhores deputados; senhores e senhoras assessoras que estão neste plenário; cabo Robson e cabo Ana, a quem cumprimento em nome da nossa Assessoria Policial Militar; a todos que nos assistem pela TV Assembleia; boa tarde.

Sr. Presidente, só quero informar aos senhores que, hoje, antes de vir para a Assembleia, fui visitar alguns amigos na Toyota. E vi o novo protótipo da viatura que está sendo preparada para entrar em testes na semana que vem, com um novo grafismo.

- É feita a exibição de fotos.

Achei o novo grafismo um pouco estranho, parece-me mais um táxi. Mas a novidade é que essa viatura virá com partes blindadas: para-brisa dianteiro blindado, capô blindado e as quatro portas blindadas. O que ajudará, e muito, a Segurança e a proteção dos policiais militares. Os policiais, além do colete, terão um escudo, sendo utilizada a própria porta da viatura como proteção balística.

Sabemos que hoje o crime está armado com armas poderosas: fuzis, metralhadoras, armas de alto calibre. Então, já é uma defesa a mais para o policial. Temos que cuidar da segurança dos nossos patrulheiros policiais militares. Então quero parabenizar e agradecer o governo por essa nova conquista das viaturas blindadas. Que é uma requisição, há muitos anos, da Polícia Militar.

Essa requisição era feita. Inclusive, em 2016, tem uma indicação minha, ao Sr. Governador, pedindo que as viaturas fossem blindadas. Sabemos que outros deputados também trabalharam nesse aspecto. Então, está sendo atendido um antigo anseio da classe policial.

Continuamos pedindo ao Sr. Governador a parte salarial. É necessário, urgentemente, uma revisão salarial para todos os homens e mulheres da Segurança: da nossa Polícia Militar e das outras forças de Segurança, também.

Sr. Presidente, eu só queria comentar uma notícia que está no jornal de hoje. Aliás, duas notícias. A primeira fala sobre a situação do decreto que o presidente Bolsonaro assinou quanto à liberação de armas. O que acho muito estranho: “Ministério Público Federal vai à Justiça por suspensão do decreto das armas”.

- É feita a exibição de jornal.

É interessante. Eu pergunto: de que lado está o Ministério Público Federal? Do lado da população não é. Não é do lado da população porque eles não estão preocupados em defender a população. Uma das argumentações é que “o decreto assinado pelo presidente desrespeita as regras previstas no Estatuto do Desarmamento”. Que, aliás, foi um Estatuto rejeitado pela população. Um Estatuto que a população rejeitou totalmente, e foi imposto goela abaixo.

“E coloca em risco a Segurança Pública de todos os brasileiros”. Quais brasileiros? Já estamos em risco. Que brasileiro não está em risco hoje? Com o crime do jeito que está, todo cidadão tem risco: a polícia tem risco, o trabalhador tem risco. Quem não tem risco é o bandido. Porque eles estão bem armados. Eles agem totalmente fora da lei, e acabam tendo o apoio da lei: você mata pai e mãe e logo você está na rua. Então que cidadão vai estar em risco se o trabalhador passar andar armado?